

EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA NO APÓS-GUERRA (Carta aberta de ORLANDO e ORLANDO) *

Orlando Valverde

Faz mais de um decênio que não apareces por estas bandas do poente do Atlântico; por isso, desejo recordar-te o que se tem passado e relatar as novidades no campo da Geografia brasileira, uma vez que fomos irmanados pela amizade, pelo nome de batismo e pela atividade profissional.

Na época em que, pela primeira vez, andaste pelo Brasil, os fatos tinham assim evolvido:

1 — AS VÉSPERAS DA II GUERRA

Em 1934, foi ministrado, na Universidade de São Paulo, pioneiramente, no Brasil, um curso de Geografia em nível superior. Para isto, veio especialmente da Europa um geógrafo, a quem este país muito ficou devendo: PIERRE DEFFONTAINES. Ele fundou, logo no ano seguinte, o núcleo paulista da Associação dos Geógrafos Brasileiros. A atividade nele deflagrada foi de tal ordem que, naquele único ano, circularam 7 números da efêmera revista "Geografia", por iniciativa de um punhado de discípulos e admiradores de DEFFONTAINES, dentre os quais ressaltava CAIO PRADO JÚNIOR. O próprio DEFFONTAINES publicou, em diversos periódicos do Brasil e do exterior, inspiradores artigos sobre a Geografia Humana brasileira.

Transferindo-se para o Rio de Janeiro, esse mestre inaugurou também, em 1935, o curso de Geografia em nível superior na então Universidade do Distrito Federal, e já em 1936 fundava, na então Ca-

* Carta-texto enviado por Orlando Valverde a Orlando Ribeiro.

pital da República, o núcleo carioca da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Entretanto, a Geografia paulista de modo algum ficou abandonada; nesse mesmo ano, iniciava seus cursos na USP o jovem PIERRE MONBEIG, que, durante nove anos de trabalho pertinaz, consolidou a mais bem estruturada escola geográfica do Brasil.

Em 1938, um discípulo de DEFFONTAINES, o eng^o CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, fundou o Conselho Nacional de Geografia, dentro do antigo Instituto Nacional de Estatística. Entre as tarefas fundamentais atribuídas ao Conselho recém-criado, cabia-lhe: reeditar a Carta Geral do Brasil, ao milionésimo, e fornecer apoio cartográfico ao Recenseamento Geral de 1940, que então se preparava. Graças a um dispositivo francamente ditatorial — Decreto-lei nacional n^o 311, alcunhado de “lei geográfica do Estado Novo” —, pôde o Conselho Nacional de Geografia realizar com êxito, em 1938, a Exposição Nacional de Mapas Municipais, ameaçando com a perda de autonomia o município que não elaborasse o respectivo mapa. A prestigiosa visita de EMMANUEL DE MARTONNE ao Brasil, ainda em 1938, facilitou a adesão oficial do país à União Geográfica Internacional. A vinda desse eminente geógrafo teve outra consequência relevante, no plano científico: as observações por ele realizadas em sua excursão pelos Estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais deram-lhe elementos para a publicação quase simultânea, na França (nos “Annales de Géographie”) e no Brasil (na “Revista Brasileira de Geografia”), do seu artigo “Problemas Morfológicos do Brasil Tropical Atlântico” que, juntamente com as obras congêneres de K. SAPPER, de THORBECUE e de HAYES, lançava as bases da geomorfologia climática.

No tocante às publicações geográficas, o Conselho Nacional de Geografia marcou os primeiros resultados de sua atividade científica, lançando em 1939 a “Revista Brasileira de Geografia”, e, destinando à divulgação de conhecimentos da matéria entre professores, o “Boletim Geográfico”, iniciado em 1943.

Em 1941, quando a Guerra Mundial se alastrava, após a queda da França, arribou ao Rio de Janeiro um discípulo de DE MARTONNE, vindo do Japão: FRANCIS RUELLAN. Em pouco tempo, entusiasmava ele uma vasta pléiade de jovens estudantes de Geografia, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (nome que tomara a extinta Universidade do Distrito Federal ao ser encampada e desfigurada pelo Governo central). Nos doze anos em que RUELLAN trabalhou no Brasil, conquistou para a geomorfologia ardorosos seguidores. Individualmente, RUELLAN não publicou aqui muitos trabalhos; porém, o mais notável destes ficou quase desconhe-

cido no Brasil. Tratava da geomorfologia climática do Território de Roraima, elaborado para o INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia).

Chegado em 1946, vindo dos Estados Unidos, LEO WAIBEL trouxe para o Brasil a influência da Geografia alemã, particularmente no ramo da Geografia Agrária. Exerceu sua atividade no Conselho Nacional de Geografia, onde publicou artigos que se tornaram clássicos, e treinou jovens geógrafos em pesquisas de campo. WAIBEL retornou aos Estados Unidos em 1950 e veio a falecer, na Alemanha, em 1951.

Em uma de suas visitas ao Brasil, o geógrafo norte-americano PRESTON JAMES manifestou sua admiração a como o Brasil, em tão pouco tempo, se tornara "geograficamente consciente". De fato, com a teoria disponível naquela época, não era possível explicar o surto tomado pelos conhecimentos de Geografia, neste país, nos anos 30 e 40. Os recentes estudos de YVES LACOSTE (1), em parte, permitem elucidar essa rápida evolução.

Após a crise mundial de 1929/32, o Brasil passou por uma fase de progresso econômico. Após a Revolução de 1930, desenvolveram-se, em novo ritmo, as forças sociais: foi criado o Ministério do Trabalho e elaborou-se a legislação trabalhista, inclusive a de salário mínimo. Paralelamente, as forças políticas disputaram o controle nacional: em 1932, o movimento constitucionalista de São Paulo almejava restabelecer a supremacia dos fazendeiros de café; o levante de 1935 foi chefiado pelo Comitê Militar da Aliança Nacional Libertadora, tentando estabelecer um "governo popular nacional revolucionário", sob a influência comunista; em 1937, Getúlio Vargas, por meio de um golpe de Estado, manteve-se no poder, como ditador, dissolveu o Congresso e aboliu as eleições; em 1938, um *putsch* integralista (fascista) foi sufocado. Dessa maneira, Vargas firmou-se no poder, individual e discricionário. Politicamente, inclinava-se para o nazismo, como era natural; mas a pressão norte-americana o fez unir o Brasil aos aliados e com eles participar da guerra. A remessa de uma força expedicionária à Itália foi negociada pelos Acordos de Washington, pelos quais o Governo dos Estados Unidos financiou a implantação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda (Companhia Siderúrgica Nacional) e a Companhia Vale do Rio Doce (exportadora de minério de ferro), ambas empresas estatais. Além disso, o Brasil

1 LACOSTE, Y.: "A Geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra". Rio, s.d.

exportou, durante a guerra, grande quantidade de quartzo, berilo, scheelita, columbita, tantalita, borracha, tecidos de algodão etc.

Apesar das privações decorrentes do conflito mundial, houve, no Brasil, nessa época, principalmente em favor de minorias participantes do aumento da concentração da renda e da especulação, notável progresso material, e este requeria pesquisas geográficas, geológicas, econômicas etc. Por isso, a estruturação da Geografia se operou de maneira tão rápida, neste país, que foi o primeiro, no mundo, ao que eu saiba, a realizar sistematicamente pesquisas geográficas com vista ao desenvolvimento, desvinculadas de ambiente universitário. Era necessário e urgente conhecer as potencialidades de nosso território, a fim de transformar os recursos em riquezas, pela exportação ou pela industrialização (infelizmente, em geral, sob o domínio de capitais estrangeiros), e no mais breve prazo possível.

2 — O PERÍODO AUREO

O título acima não significa que, nessa época, tenham aparecido melhores trabalhos geográficos no Brasil; quer dizer, apenas, que a primeira geração de geógrafos profissionais brasileiros, treinada por seus professores estrangeiros — DEFFONTAINES, MONBEIG, RUELLAN, WAIBEL, MAACK etc. —, chegou à maturidade científica e começou a fazer pesquisas sob sua própria responsabilidade.

A Associação dos Geógrafos Brasileiros se fortaleceu como escola em cujas assembléias anuais estudantes e jovens recém-formados participavam de debates e excursões, em equipes, sob a orientação de colegas mais experientes. Novos núcleos da AGB foram criados: em Recife, Salvador, Curitiba, com atividades e publicações regulares; em Belo Horizonte, Porto Alegre e Florianópolis, em condições mais precárias.

Nas universidades, o trabalho dos geógrafos corria paralelo: em São Paulo (USP), sob a liderança de AROLDO DE AZEVEDO; na do Rio de Janeiro (FNFi), em que sobressaía HILGARD O'REILLY STERNBERG.

No IBGE, numerosa turma de pesquisadores era orientada por FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES. Também a Cartografia e a Geodésia progrediram muito, no IBGE, nessa fase.

Em 1956, o XVIII Congresso Internacional de Geografia foi um marco representativo desse período. Era a primeira reunião pro-

movida pela UGI no hemisfério sul e na faixa tropical. Nove grandes excursões foram realizadas a todas as regiões do Brasil. Neste certame, coroado de êxito absoluto, estreitaram-se nossas relações com a Geografia européia.

Foi nessa ocasião que eu o conheci pessoalmente, ORLANDO, assim como a uma vasta constelação de geógrafos alemães, ingleses, poloneses, russos, italianos, mas, sobretudo, franceses: PIERRE GEORGE, DRESCH, CAILLEUX... ROCHEFORT iniciou, então, os frequentes contatos que mantém até hoje com colegas e discípulos brasileiros. Deu, mais tarde, um curso de Geografia Urbana no Conselho Nacional de Geografia, no qual se definiram rumos, dali para a frente. As idéias de CHRISTALLER e de LÖSCH sobre redes urbanas hierarquizadas, geografia dos serviços, centralidade etc. chegaram até nós, divulgadas por esse geógrafo francês. TRICART dedicou-se com afinco à formação de pesquisadores em Geomorfologia e Eco-geografia, na Universidade Federal da Bahia e na Fluminense (em Niterói, Estado do Rio de Janeiro).

Foram igualmente completadas, nesse período, as primeiras grandes compilações: o estudo da "Grande São Paulo", publicado pela Cia. Editora Nacional, e o do "Grande Rio de Janeiro", pela colaboração AGB-CNG, ambos na oportunidade das comemorações do 4º centenário das duas metrópoles. A 1ª edição da "Geografia do Brasil", em 5 volumes; o álbum da "Carta do Brasil, ao milionésimo" (3ª edição), e a "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros", foram editados pelo IBGE.

O período que se estendeu desde o final da guerra até 1964 foi de relativa liberdade, no Brasil. Foi também de prosperidade, pelo menos até 1957. A partir daí, os preços do café no mercado mundial começaram a declinar e a concorrência dos produtores africanos (Angola, especialmente) tornou-se muito severa.

Começaram os primeiros governos planejados. No governo Dutra (1946/51) elaborou-se o plano SALTE (saúde, alimentação, transportes e eletricidade), beneficiado pela mobilização dos créditos, congelados nos Estados Unidos durante a guerra. Pelo citado plano, fundou-se a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), que iniciou a construção da barragem de Paulo Afonso.

No governo constitucional de Vargas (1951/54), a mobilização da opinião pública conduziu à adoção do monopólio estatal do petróleo (PETROBRÁS).

O planejamento governamental alcançou sua plenitude na administração de Juscelino Kubitschek (1956/60). No programa do can-

didato, já prometia ele fazer o Brasil progredir "50 anos em 5". Seu assessor mais eficaz foi o brilhante economista CELSO FURTADO. O planejamento regional foi fortemente incentivado: no Nordeste, através da SUDENE; na Amazônia, pela SPVEA (atualmente denominada SUDAM).

Velho dispositivo, prevendo a mudança da capital do país para o Planalto Central, que figurava em quase todas as constituições republicanas, mas nunca fora tomado a sério, foi posto em ação. Em 21 de abril de 1960, Brasília foi oficialmente inaugurada, com toda a pompa. Pesquisas de campo preliminares já tinham sido realizadas, no período anterior, pelo Conselho Nacional de Geografia. LEO WAIBEL e FRANCIS RUELLAN foram então orientadores científicos de diferentes equipes.

Grandes eixos rodoviários, como a Belém—Brasília e a Brasília—Acre, convergentes na nova capital, buscavam ampliar os espaços econômicos brasileiros e reforçar o papel centralizador do Governo Federal. Pela primeira vez, a Amazônia ficou ligada aos mercados do Sudeste, por uma via terrestre permanente: a rodovia Belém—Brasília.

Esse fortalecimento do país era, porém, em grande parte, fictício. Deu-se ênfase aos transportes rodoviários, em detrimento das hidrovias e ferrovias. Com isso, tornou-se o Brasil cada vez mais dependente do capital estrangeiro, não só pela preponderância deste na indústria automobilística mas principalmente pela necessidade de crescentes importações de petróleo. Além disso, já em 1948 começara a penetração de grandes empresas estrangeiras na Amazônia, com a mineração do manganês pela ICOMI (Indústria e Comércio de Minerais S.A.), subsidiária da Bethlehem Steel Corporation, que explora a imensa jazida da Serra do Navio, no Território Federal do Amapá, em vias de esgotamento.

A abertura e expansão das rodovias descerrou novas oportunidades de acesso à terra, que foi avidamente procurada por posseiros e "grileiros" (açambarcadores de vastas glebas, sem título legítimo). Os choques não se fizeram esperar, levando o Governo Federal e buscar solução para o problema: o Serviço Social Rural foi transformado, no começo dos anos 60, em SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), na qual ficaram engajados uns poucos geógrafos.

3 — A DITADURA MILITAR

Alarmada com a organização e as atitudes dos agricultores sem terra, nas Ligas Camponesas, e dos trabalhadores urbanos nos Sindi-

catos, os chefes militares, apoiados pela alta burguesia e pelos latifundiários, deram um golpe de Estado e derrubaram o Governo, em 1º de abril de 1964. Ao largo do Estado do Espírito Santo, uma força-tarefa norte-americana estava pronta para intervir, em apoio à ditadura militar nascente. Imediatamente, deflagrou-se toda uma série de perseguições: milhares de prisões, seqüestros, torturas, “desaparecimentos”, cassação de mandatos e dos direitos políticos, por dez anos, de políticos, intelectuais, estudantes, líderes operários e militares que se opunham ao novo regime. Por outro lado, revogou-se no mesmo mês a tímida lei que regulava a remessa de lucros para o Exterior. Abria-se o Brasil, às escâncaras, à ganância dos capitais imperialistas. Roberto Campos, todo-poderoso ministro do Planejamento, defendia a tese de que “não há fronteiras políticas; apenas fronteiras ideológicas”. Juracy Magalhães, ministro das Relações Exteriores, afirmava aos jornais que “o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil”. Para assegurar a tranqüila exploração de nossos recursos pelas multinacionais, firmou-se uma aberta aliança entre militares, grandes empresários e tecnocratas.

No plano do ensino, as ciências sociais foram varridas dos currículos do ensino médio. A Sociologia, a História (a Historiografia, em particular) foram consideradas subversivas. A Geografia não o foi, pois a autoridade que fez o “expurgo” nos programas de ensino, o deputado Plínio Salgado (antigo chefe da agremiação fascista, a Ação Integralista Brasileira), fora autor de um livro medíocre: a “Geografia Sentimental”. A liquidação do ensino da Geografia se fez de maneira indireta, substituindo-a nos cursos médios e superior por cadeiras obrigatórias, intituladas OSBP (Organização Social e Política do Brasil), Estudos de Problemas Brasileiros e Instituição Moral e Cívica, ministradas quase sempre por velhos militares reformados e ultraconservadores, ou, compulsoriamente, jovens professores.

Em 1967, o governo baixou, abruptamente, o Estatuto da Terra, com o qual pretendia fazer a “reforma agrária”. Estendia aos trabalhadores rurais a legislação trabalhista referente aos trabalhadores urbanos: férias remuneradas, salário mínimo, oito horas de trabalho por dia etc. Efetivamente, o Estatuto da Terra jamais foi aplicado; mesmo assim, os camponeses foram expulsos das fazendas, incorporando-se aos diaristas eventuais, apelidados, em São Paulo, de “bóias-frias” (porque levavam seu almoço em marmitas, aquecidas em fogueiras) e “volantes” (porque se deslocavam de uma região para outra, à medida que os diferentes calendários agrícolas exigiam uma pletera de mão-de-obra).

A população rural marginalizada, que o mercado de trabalho urbano não tinha capacidade para absorver, foi morar na periferia das cidades. Da "inchação" das cidades, com a formação de número crescente de favelas, resultou, em 1970, que a população urbana brasileira superou a rural.

Em contraste com esse quadro de miséria, o período de 1968-74 foi de grande euforia econômica. Os produtos primários exportados pelo Brasil alcançaram preços, no mercado mundial, jamais iguais, nem antes nem depois: café, soja, açúcar, cacau, algodão, minérios de ferro!... Foi a época do chamado "milagre brasileiro", que se caracterizou pelas obras suntuárias (ponte Rio—Niterói, construção do metrô em São Paulo e no Rio), a par do comprometimento total com os capitais monopolistas internacionais, alicerçados sobre a brutal exploração da força de trabalho e garantidos pela sangrenta repressão policial. A concentração da renda aumentou rapidamente, acentuando a clivagem social.

Mais um grande esforço foi feito para se dilatar o espaço econômico brasileiro. Na Amazônia, o Instituto Hudson, do "futurólogo" teuto-americano Hermann Kahn, pretendia barrar o Amazonas e inundar terras no médio vale, cobrindo área mais ou menos equivalente à do Estado de São Paulo, com o fito exclusivo de transportar, para os Estados Unidos, todas as matérias-primas vegetais e minerais ali disponíveis, em barcos de até 10 mil toneladas de deslocamento. Nessa época (1967), nasceu a Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), onde eu e alguns colegas damos, até hoje, nossa colaboração voluntária, e que conseguiu, afinal, derrubar esse plano mirabolante do imperialismo.

Entre 1968 e 1971, rasgaram-se grandes eixos rodoviários na selva amazônica: a Manaus—Porto Velho; a Transamazônica, de Picos a Cruzeiro do Sul, com 4545 km; a Santarém—Cuiabá e até a falida Perimetral Norte, verdadeira estrada "ligando o nada a coisa alguma" (pretendia unir Macapá e Boa Vista, Içana, Benjamim Constant e Cruzeiro do Sul). Com isso, algumas firmas empreiteiras encheram os bolsos e se tornaram até multinacionais.

Passada essa fase, em que numerosas famílias de colonos e posseiros tentaram estabelecer-se na Amazônia em pequenas propriedades de tipo familiar, o Governo mudou a política, relativamente à Amazônia: através da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) passou a financiar, com fundos do Imposto de Renda, e a conceder isenções fiscais a grande empresas nacionais e estrangeiras,

para derrubar a floresta amazônica, plantar pastos e criar gado de corte, num crescente que vai desde o norte de Cuiabá até o litoral, a leste de Belém. Esses “projetos agropecuários”, que de “agro” só têm o nome, tinham devastado, até o fim de 1978, cerca de 7.700.000 hectares da última reserva de matas tropicais do mundo, conforme informou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), baseado em imagens de satélites.

Simultaneamente, uma enorme área, avaliada, segundo uns, em 3.700.000 hectares, no vale do Jari, foi concedida a um supermagnata norte-americano, chamado Daniel Keith Ludwig. Este senhor, possuidor — dizem — da maior fortuna individual do mundo, instala ali uma vasta *plantation* de *Gmelina arborea* e *Pinus caribaea*, e produz, em duas usinas flutuantes, ancoradas no rio Jari, celulose e papel, destinados basicamente à exportação. Além disso, explora caulim, cultiva arroz e cria gado, tudo também com vistas ao mercado externo.

Fundado em 1972, o Projeto RADAM procedeu ao levantamento radarométrico da Amazônia brasileira, com o objetivo principal de detectar jazidas minerais; foram ali descobertos, e vão sendo rapidamente açambarcados ou visados por grandes firmas multinacionais: o “complexo mineral de Carajás”, com a maior jazida de minérios de ferro do mundo, manganês, cobre, níquel, ouro e estanho; bauxita, no vale do Trombetas e no baixo Tocantins.

Sem dúvida, esta fase conheceu também consideráveis progressos técnicos, que ficaram à disposição dos nossos geógrafos: em 1976, o restante do país foi coberto por imagens de radar — e o Brasil é hoje, talvez, o único país do mundo totalmente representado por tais imagens; a cada 18 dias são recebidas também imagens do satélite LANDSAT, de todo o território brasileiro, pela estação rastreadora de Cuiabá. O sistema de comunicações telefônicas por microondas abrange quase todo o país; a televisão colorida alcança as áreas mais povoadas, enquanto a em preto e branco chega até remotos povoados do Território de Roraima.

É claro que entidades técnicas como o Projeto RADAM, o INPE e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) recrutaram alguns geógrafos, mas que orientação tomou a maioria deles?

Os geógrafos brasileiros, de modo geral, ficaram alienados de todo esse drama que se desenrolava no país. A partir de 1968, procuraram, cada vez mais, seguir o paradigma da “escola de Chicago”:

BRIAN BERRY, COLE, RACINE foram nomes respeitados entre os geógrafos brasileiros desse período. Os principais redutos em que essa denominada "Geografia quantitativa" plantou raízes no Brasil foram no IBGE e na UNESP, em Rio Claro. Na primeira dessas instituições, pontificaram BERRY e COLE. Este último, num curso ali ministrado, afirmava que "não é mais necessário ao geógrafo ir ao campo; bastava-lhe colocar os dados adequados no computador". Em Rio Claro (São Paulo) fundou-se o "Boletim de Geografia Teórica" (tão ruim em Geografia quanto o é em vernáculo). Nos cursos de Geografia das universidades federais estudou-se mais Matemática moderna (teoria dos sistemas, análise fatorial etc.) do que Geografia.

As aplicações mais freqüentes da Geografia quantitativa no Brasil foram feitas nos ramos da Geografia regional, da urbana e da econômica.

Tomando-se, por exemplo, as cidades de um país ou de uma região, a fim de se determinar a hierarquia dos núcleos de sua rede urbana, empregava-se uma metodologia tão rudimentar quão paracientífica na escolha das variáveis, segundo o equipamento de serviços. A cada um deles era atribuído, num arremedo de análise fatorial, um determinado peso. O resultado emitido pelo computador era expresso em *scores*. Pretendia-se, com essa mistificação matemática, eliminar o subjetivismo nas conclusões do geógrafo. Na realidade, havia subjetivismo na atribuição dos pesos às variáveis, assim como no julgamento dos *scores*, os quais eram números abstratas, visto que resultavam de complexas operações com fatores heterogêneos.

O computador é, quase sempre, um artefato da parafermália moderna, à disposição do geógrafo. A circunstância de ter ele sido apelidado de "cérebro eletrônico" não o torna capaz de substituir o cérebro humano. Realmente, ele é uma máquina de calcular muito aperfeiçoada, com três propriedades extraordinárias: fazer cálculos muito complicados com extrema rapidez; fazer opções, de acordo com numerosas premissas estabelecidas (as variáveis); e guardar, na "memória", enorme quantidade de dados.

De forma alguma, porém, o computador pode eliminar a observação direta. O analista de sistemas e sua equipe (programador, operador etc.) devem orientar essa máquina tal como o maquinista, o foguista, o manobreiro, o engenheiro de tráfego manobram uma composição ferroviária. Se num computador forem colocados dados ruins, sem guardarem entre si relações lógicas e mensuráveis, os resultados sairão péssimos, inúteis. A máquina tem que estar a serviço do homem, e não o homem a serviço dela.

Acontece que os geógrafos brasileiros não têm, em regra, a suficiente formação matemática. A má qualidade do ensino levou-os a trabalhar sem saber Geografia nem Matemática.

O verdadeiro objetivo dos mentores do regime, ao admitirem portanto tempo essas heresias científicas, era e é, como explicado acima: alienar os intelectuais brasileiros — os geógrafos, no caso — dos graves problemas econômicos e sociais que se passam no Brasil. Esses mentores eram: economistas, tecnocratas e militares.

4 — A PROCURA DE NOVOS RUMOS

Tomei parte, meu caro ORLANDO, na agitada Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1978, em Fortaleza. O debate público, em torno de um fundamentado documento metodológico, elaborado por CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO², ante uma platéia de 1.500 jovens geógrafos e estudantes, marcou as exéquias da “Geografia quantitativa” no Brasil. Com ela foi também sepultada a “New Geography”, cujos seguidores acompanhavam os “modelos” de Friedman e similares. Este grupo nem era de geógrafos, mas de economistas. O papel do geógrafo, ao aplicar os princípios destes, era o de colocar uma “camisa-de-força” na geografia de uma região, para enquadrá-la em tal ou qual modelo. E daí?

Até o velho Thünen, tão bem estudado por meu mestre WAIBEL, fora exumado pelos adeptos da Geografia quantitativa, mas terrivelmente desfigurado, já que esses geógrafos ignoravam, pelo menos em seus textos, a noção de sistema agrícola.

Tudo isso, meu caro, foi liquidado, de uma só vez, em Fortaleza; mas, como geralmente acontece nesses “vibrantes encontros”, os jovens foram mais longe, e exigiram a reforma do Estatuto da AGB, que realmente era muito elitista. Turbulentas reuniões posteriores marcaram a elaboração do novo Estatuto, e essas assembléias geraram ressentimentos por parte de geógrafos, alguns deles, de fato, injustificados.

Rapidamente (talvez demais) floresceu a chamada “Geografia dialética”, cujos adeptos procuram aplicar e divulgar, na Geografia,

² “Apontamentos para uma avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977). (Um apelo à Filosofia da Ciência para esclarecer o papel do Método na solução de uma crise de identidade epistemológica).” Inédito. 254 págs. datilografadas. São Paulo, 1978.

os autores clássicos e modernos do socialismo científico: MARX, ENGELS, LENINE, juntamente com GRAMSCI, ALTHUSSER e HARVEY. Notam-se as influências, paralelas, dos artigos publicados na revista francesa "Herodote" e na americana "Antipode".

Penso que a Geografia brasileira está em fase de crescimento e de frutífera crise. De um lado, jovens colegas, embora com pouca experiência em pesquisa efetiva, buscam apoio, ainda sem segurança e clareza, nos princípios científicos dos clássicos do socialismo. Isto lhes dá uma "leveza", nos conceitos, que importa em certa deformação. MARX, em sua volumosa obra, tratou profundamente de muitos ramos do saber, especialmente da Economia Política, da Sociologia e da Filosofia. ENGELS está mais próximo de nós, geógrafos, pois versou muito sobre ciências naturais e antropologia. Ambos, lembre-se, balizaram sua linha de raciocínio sobre fatos, apurados exaustivamente e citados com minudência. Mencionar esses e outros autores da mesma linhagem filosófica, sem referência a fatos novos adquiridos pela observação e/ou a experiência, poderá permitir "brilhantes" exposições, mas genéricas, de Economia Política e de Filosofia, não, porém, na realidade, de Geografia. Substituir esta matéria por qualquer das duas anteriores é uma heresia comparável à dos partidários da "Geografia quantitativa". Queremos crer, entretanto, que se trate de um primeiro momento de nova orientação teórica, a qual, devidamente retificada e desenvolvida, poderá levar a Geografia, no Brasil, a uma condição apreciável de plena afirmação científica, em que se utilize, com a seriedade indispensável, o poderoso instrumento que é o pensamento dialético; a partir sempre, é claro, da consideração básica da realidade.

Por outro lado, órgãos já com certa tradição de pesquisa geográfica, tal como o IBGE, mudam os seus objetivos. Vejo, preocupado, esta instituição, que deu oportunidade a toda a minha carreira profissional, voltar-se agora, exclusivamente, para a informática (para venda de dados), a realização dos censos, a Geodésia e a Cartografia.

Os geógrafos brasileiros precisam, com urgência, retornar às pesquisas de campo, guiados pelos colegas mais experimentados; devem retomar o método indutivo, observando os fatos e aplicando ou, mesmo, elaborando teorias. (O alto preço dos combustíveis dificulta, porém, o problema do transporte neste país de dimensões colossais).

Em 1979, os geógrafos obtiveram importantes vitórias com a oficialização da carreira profissional, e a lei dando-lhe regulamentação acaba de ser aprovada.

E qual a atitude dos geógrafos atuais do Brasil ante a realidade socioeconômica que os cerca? Diametralmente oposta aos da fase anterior: procuram engajar-se de toda maneira, embora nem sempre de modo adequado.

O Brasil se debate numa crise que é mundial, e não apenas nacional. Aqui, ela se agrava com o problema da alta dos preços do petróleo e o da queda dos preços de nossos principais produtos de exportação. A sujeição do país às multinacionais é evidente; elas impõem ao mercado interno preços de oligopólio. A voracidade dessas grandes empresas penetra também no setor primário, e cada vez mais na região amazônica. Um projeto governamental, com o chamado PROZAM (Programa de Zoneamento da Amazônia), aguarda oportunidade para ser oficializado. Por ele, existe a possibilidade de que milhões de hectares de mata de terra firme sejam arrendados, a longo prazo, a grandes firmas madeireiras, para uma exploração dita "racional". A última grande reserva florestal do mundo está ameaçada de destruição, tal como se verifica na Ásia e na África.

Notei que tu, ORLANDO, como bom português, sempre revelaste profundo amor ao Brasil. Dou-te, por isso, o direito de perguntar: a Geografia brasileira não irá desaparecer, como um organismo que conheceu a infância, a juventude e a velhice?

Creio que não, meu caro. A nova geração de geógrafos se manifesta muito vivaz, principalmente em São Paulo, tanto na capital como no interior. Também no Rio discutem-se conceitos e retomam-se as pesquisas. O pequeno mas sólido núcleo de geógrafos do Recife continua a produzir. Desta vez, porém, as universidades tomam a dianteira, e os laços com a Europa — com a França, em particular — se reatam. As idéias de JEAN TRICART, MICHEL ROCHEFORT, YVES LACOSTE voltam a influenciar os jovens geógrafos.

Um grupo de colegas, do qual faço parte, continua a trabalhar ativamente na Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), agora combatendo o Projeto Jari, essa espécie de nova Libéria, que ameaça a soberania nacional, mais ainda que a ecologia. Combatemos igualmente o desmatamento insensato, movido por interesses estranhos à região e ao Brasil, que ademais ignora as técnicas de recuperação da floresta heterogênea e escraviza economicamente os trabalhadores sem terra. Junto com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Pró-Índio, defendemos os indígenas e posseiros pelo seu direito de sobrevivência e de acesso à posse da terra. Contamos com a presença e o apoio de estudantes e técnicos.

Esse grupo realiza uma "Geografia atuante", que empolga a juventude das cidades e do interior, enfrentando o imperialismo com o arsenal científico que ele próprio criou.

Os jovens, habituados a contestar e argumentar, estão convencidos de que o terrorismo não traz solução para nenhum problema; avidamente procuram canalizar sua combatividade, orientados pelos homens de ciência não comprometidos com interesses alienígenas.

O Brasil é o país que recebe maior quantidade de irradiação solar, fonte primária de toda a energia da Terra. Ensaia agora seus primeiros passos no aproveitamento, em massa, de energia proveniente de recursos naturais renováveis. Tem, ademais, como nação de mestiços, fundamental lição de democracia racial a transmitir.

Por isso, meu caro ORLANDO, a Geografia brasileira ainda tem, a meu ver, relevante mensagem de humanismo a difundir, contribuindo para fazer deste país uma nação emergente, na virada do século. Quem viver, verá!

Teu ex-corde

ORLANDO VALVERDE

Rio de Janeiro, 1980

RESUMO

Como uma carta a Orlando Ribeiro, o autor traça o panorama da implantação do ensino e da pesquisa em Geografia no Brasil, de pré e pós guerra. Correlaciona a rápida expansão de tal conhecimento com a posição econômica ocupada pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, bem como o clima de liberdade vigente até 1964. Comenta também a implantação, a partir da década de 50, dos governos planejados.

Repassa as condições históricas concretas que o país atravessou após 1964: a aliança entre os militares, empresários, multinacionais e tecnocratas, dentro de um quadro nacional de miséria, questionamentos do poder e repressão crescentes.

Cita e comenta os grandes projetos rodoviários na selva Amazônica, o processo de concentração do poder e da renda em escala nacional, bem como a entrega das grandes jazidas minerais às multinacionais.

Crítica a alienação da maior parte dos geógrafos brasileiros com relação aos dramas vividos pelo país, criticando e pondo em questão a Geografia quantitativa, a validade de seus métodos e conclusões.

Analisa positivamente a crise por que passa a Geografia brasileira atual, apontando os novos caminhos e tendências, os esforços e alcances de uma "Geografia atuante".

RÉSUMÉ

Comme une lettre ouverte à Orlando Ribeiro, l'auteur trace un panorama de l'implantation de l'enseignement et la recherche en Géographie dans le Brésil, du prè et d'après guerre. Fait les rapports de la rapide expansion d'une telle connaissance avec la position occupée par le Brésil pendant la Deuxième Guerre Mondiale, de même que le climat de liberté existant jusqu'à 1964. Commente aussi l'implantation, dès la décade de 50, des gouvernements planifiés.

Repassa les conditions historiques concretes que le pays a traversé après 1964; l'alliance entre les militaires, entrepreneurs, transnationales et les technocrates, au-dedans d'un panorama national de misère, questionnements du pouvoir établi, répressions que chaque fois plus s'agrandissent.

Commente les grands projets routiers dans la forêt amazonique, le procès de concentration du pouvoir et de la rente en escale nationale, de même que la livraison des plus grands gisements des minéraux aux transnationales.

Critique l'alienation de la majeure partie des géographes brésiliens en relation aux drames vécues par le pays, met en question, en la critiquant, la géographie quantitative, la validité des ses méthodes et conclusions.

Analyse, positivement, la crisis par laquelle passe la géographie brésilienne d'aujourd'hui en signalant des nouvelles tendances et chemins, les efforts et portées d'une "Géographie active".

ABSTRACT

Like an open latter to Orlando Ribeiro, the author draws the panorama of the implantation of geography teaching and research after and post war in Brazil. He makes a correlation between the speedy expansion of this knowledge with the position occupied by Brazil during the Second World War with the liberty climate in force until 1964. Comments also the implanting before the fifties decade of the governments of planning.

Repass the concrete historic conditions suffered by the country after 1964: the alliance between the military, business men, transnationals and tecnocracy,

into a national growing panorama of misery, the quest of dominant power and repression.

Comments the great roadways projects into Amazonic forest, the process of power and rent concentration in national scala, as well as the delivery, to the transnationals, of the great minerals resting-places.

He makes a criticism of the most part of Brazilian geographers alienation, in relation to the dramas lived by the country, questions and criticizes the theoretical geography, the validity of its methods and coclusions.

Positively analyses the crisis by which the present Brazilian geography passes, appointing the new ways and tendencies, and the efforts and attainments of an "Active Geography".